



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
GABINETE DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA

PROCESSO: 2533/22 – TCE/RO.
SUBCATEGORIA: Ato de Admissão de Pessoal.
ASSUNTO: Análise da Legalidade dos Atos de Admissão Edital de Concurso Público n. 001/2021.
JURISDICIONADO: Tribunal de Justiça de Rondônia - TJRO.
INTERESSADOS: Aline Alves da Cruz Prado – CPF n. ***.109.802-** e outros.
RESPONSÁVEL: Gustavo Luiz Sevegnani Nicocelli – Secretário de Gestão de Pessoas;
Guilherme Ribeiro Baldan – Juiz-Secretário-Geral em substituição
ADVOGADOS: Sem Advogados.
RELATOR: Conselheiro Substituto Erivan Oliveira da Silva.
GRUPO: I.
SESSÃO VIRTUAL: N. 2, de 6 a 10 de março de 2023.
BENEFÍCIO: Não se aplica.

EMENTA: ATOS DE ADMISSÃO. CONCURSO PÚBLICO. ANÁLISE. LEGALIDADE. REGISTRO.

1. Os atos de admissão dos servidores públicos que atenderem aos requisitos da Instrução Normativa n. 13/TCER/2004 e do artigo 37, II e XVI, da Constituição Federal são regulares, legitimados com a nomeação e posse em cargo público.
2. Legalidade. Registro. Arquivamento.

RELATÓRIO

1. Cuidam os autos do exame da legalidade dos atos de admissão de pessoal decorrente do concurso público realizado pelo Tribunal de Justiça de Rondônia, regido pelo Edital Normativo n. 001/2021, publicado no Diário Oficial de Justiça n. 164, de 02.10.2021 (fls. 2-36 do ID 1289399), nos termos da competência deste Tribunal, consubstanciada no artigo 49, inciso III, alínea “a”, da Constituição Estadual de Rondônia; artigo 23 da Instrução Normativa n.13/TCERO/2004; artigo 37, inciso I, da Lei Complementar n. 154/96 e art. 54, I e 56 do Regimento Interno desta Corte de Contas.
2. A unidade técnica, em análise exordial (ID 1299961), verificou a ausência dos termos de convocação dos servidores. Todavia, pontuou que a falta do referido documento foi suprida pelos termos de posse dos interessados, razão pela qual, em nome da economia processual, concluiu pelo cumprimento das disposições legais vigentes que regulam a matéria e o consequente registro do ato admissional em apreço, na forma do artigo 56 do Regimento Interno desta Corte de Contas.
3. O Ministério Público de Contas (MPC) não se manifestou nos autos por força do art. 1º, “c”, do provimento n. 001/2011 da Procuradoria Geral do mencionado *Parquet* de Contas¹.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

4. A apreciação da legalidade, para fins de registro, dos atos de admissão de pessoal, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, é mandamento constitucional, previsto no inciso III do artigo 71 da CF, atribuído aos Tribunais de Contas.
5. A respectiva matéria é disciplinada nesta Corte de Contas, pela Instrução Normativa n. 13/TCER/2004, que busca fundamento no artigo 37 da Magna Carta. Neste último, extrai-se, dentre outros, a previsão de que os cargos públicos sejam acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos

1 Art. 1º - O Ministério Público de Contas proferirá parecer verbal, exceto se formular requisição em sentido contrário, nos seguintes casos:

[...] c) processos de exame de atos de admissão de pessoal;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
GABINETE DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA

estabelecidos em lei, com a investidura no cargo público pela aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.

6. Ao analisar os documentos carreados aos autos, verifica-se que o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia realizou concurso público destinado ao provimento de diversos cargos, regido pelo Edital Normativo n. 01/2021/TJ/RO, publicado no Diário da Justiça de Rondônia n. 164, de 02.09.2021 (fls. 2-36 do ID 1289399).

7. A unidade técnica indicou que o órgão de origem encaminhou a esta Corte a documentação necessária exigida no artigo 22 da IN 13/04², quais sejam, o anexo TC-29, bem como as publicações das nomeações, termos de posse e as declarações de não acumulação ilegal de cargos públicos, dentre outros, concluindo pela legalidade da concessão de registro do atos admissionais dos servidores.

8. Ante o exposto, verificados os requisitos legais para as admissões em apreço, acompanho *in totum* a unidade técnica, razão pela qual os atos admissionais ora analisados encontram-se aptos a registro.

PARTE DISPOSITIVA

9. Por todo o exposto, convergindo com o posicionamento do Corpo Técnico desta Corte (ID 1299961), submeto, após a manifestação verbal do Ministério Público de Contas, à deliberação desta Egrégia Câmara a seguinte proposta de decisão:

I. Considerar legais os atos de admissão dos servidores a seguir relacionados, no quadro de pessoal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, em decorrência de aprovação em concurso público, regido pelo Edital Normativo n. 01/2021/TJ/RO, publicado Diário da Justiça do Estado de Rondônia n. 058, de 29.03.2022 (fls. 36/59 do ID 1289399), por estar em conformidade com a Instrução Normativa n. 13/TCER/2004, bem como demais normas aplicáveis à matéria; **e determinar seus registros** nos termos do artigo 37, II e XVI da Constituição Federal e art. 22 da Instrução Normativa n. 13/TCER/2004 do Regimento Interno desta Corte de Contas:

Nome	C.P.F	Cargo e colocação	Data da Posse
Aline Alves da Cruz Prado	***.109.802- **	Técnico Judiciário – 33º	01.09.2022 (fl. 96 ID 1289399)
Aline Araújo de Souza	***.301.172- **	Técnico Judiciário – 139º	01.09.2022 (fl. 98 -99 ID 1289399)
Alisson Aine Martins Angelo	***.173.752- **	Técnico Judiciário – 113º	01.09.2022 (fl.100 -101 ID 1289399)
Almir Azevedo Costa Neto	***.885.852- **	Técnico Judiciário – 136º	01.09.2022 (fl. 102-103 ID 1289399)
Ana Carla Cipriano Dourado dos Santos	***.488.312- **	Técnico Judiciário – 64º	01.09.2022 (fl. 104-105 ID 1289399)
Ana Claudia Lima Wanderley	***.607.934- **	Técnico Judiciário – 27º	01.09.2022 (fl. 106-107 ID 1289399)
Ana Leticia Vilar Dantas	***.049.824- **	Técnico Judiciário – 138º	01.09.2022 (fl. 108-109 ID 1289399)
Ana Paula Bezerra Schaefer	***.244.982- **	Técnico Judiciário – 252º	01.09.2022 (fl. 110-111 ID 1289399)

² <http://www.tce.ro.gov.br/tribunal/legislacao/arquivos/InstNorm-13-2004.pdf>



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
GABINETE DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA

José Carlos Mateus Palhano de Melo	***.428.472- **	Técnico Judiciário – 176º	01.09.2022 (fl. 64-65 ID 1289399)
José Lairton Rocha Junior	***.743.582- **	Técnico Judiciário – 127º	01.09.2022 (fl. 66-67 ID 1289399)
Josenildo Ferreira Barbosa Júnior	***.258.774- **	Técnico Judiciário – 197º	01.09.2022 (fl. 68-69 ID 1289399)
Josicarla Dantas dos Santos	***.839.102- **	Técnico Judiciário – 57º	01.09.2022 (fl. 70-71 ID 1289399)
Joyce Lázaro Lima	***.893.582- **	Técnico Judiciário – 161º	01.09.2022 (fl. 72-73 ID 1289399)
Julio Cezar Campos Oliveira Stauffer de Andrade	***.328.976- **	Técnico Judiciário – 115º	01.09.2022 (fl.76-77 ID 1289399)
Karina Rodrigues Neves	***.814.612- **	Técnico Judiciário – 16º	01.09.2022 (fl.80-81 ID 1289399)
Kezia Goncalves Gorayeb	***.821.522- **	Técnico Judiciário – 250º	01.09.2022 (fl.84-85 ID 1289399)
Lais Liberato de Mattos Varao	***.477.815- **	Técnico Judiciário – 189º	01.09.2022 (fl.86-87 ID 1289399)
Lana Gabriela Silva Nascimento	***.773.282- **	Técnico Judiciário – 216º	01.09.2022 (fl.88-89 ID 1289399)
Larissa Gripp Cardoso	***.244.422- **	Técnico Judiciário – 89º	01.09.2022 (fl.92-93 ID 1289399)
Larissa Louise Vieira dos Santos	***.306.932- **	Técnico Judiciário – 58º	01.09.2022 (fl.94-95 ID 1289399)
Mário Arthur Francescon Wandroski	***.889.912- **	Analista Judiciário – Oficial de Justiça- 8º	01.09.2022 (fl.62-63 ID 1289399)
Michael Douglas de Alcantara Rocha	***.287.222- **	Analista Judiciário – Oficial de Justiça – 12º	01.09.2022 (fl.74-75 ID 1289399)
Monizy Silva Pereira	***.923.003- **	Analista Judiciário – Pedagoga - 2º	01.09.2022 (fl.90-91 ID 1289399)
Patrícia Caroline Rodrigues dos Santo	***.312.602- **	Analista Judiciário – Oficial de Justiça -4º	01.09.2022 (fl.78-79 ID 1289399)
Pedro Paulo Soares	***.263.752- **	Analista Judiciário – Oficial de Justiça - 9º	01.09.2022 (fl.82-83 ID 1289399)

II. Dar ciência, via Diário Oficial, ao Presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia ou a quem lhe substitua, na forma da lei, ficando registrado que o inteiro teor desta Decisão está disponível para consulta no sítio eletrônico deste Tribunal (www.tce.ro.gov.br);

Ao Departamento da 2ª Câmara que, após o cumprimento dos trâmites regimentais, proceda-se ao arquivamento dos autos.

Sessão Virtual – 2ª Câmara, de 6 a 10 de março de 2023.

ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA
Conselheiro Substituto
Matrícula 478
Relator